

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

MAYKE GONCALVES ROCHA

**A INCLUSÃO DO CADEIRANTE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR
PARA ENSINO MÉDIO**

GOIÂNIA

2020

MAYKE GONCALVES ROCHA

**A INCLUSÃO DO CADEIRANTES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR PARA ENSINO MÉDIO**

Trabalho apresentado à disciplina de Monografia II (EFI-1612), TURMA A26, do Curso de Licenciatura em Educação Física da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob a orientação do Prof. Me. Maria Zita Ferreira.

GOIÂNIA 2020



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PUCPRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
Av. Universitária, 1069 • Setor Universitário
GOIÁS
Goiânia o Goiás o Brasil

Caixa Postal 86 CEP

Fone: (62) 3946.10211 Fax: (62)
3946.1397 www.br | prograd@pucgoias.edu.br

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES CURSO DE
EDUCAÇÃO FÍSICA

ATA DA APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 9 dias do mês de dezembro de 2020 reuniram-se de forma síncrona e remota, na sala de apresentação virtual 3, às 11 horas, a Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:

Orientador(a): MARIA ZITA FERREIRA

Parecerista: MARCELO SOUSA E SILVA

para a apreciação do Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física — Bacharelado, do Acadêmico(a):

MAYKE GONÇALVES ROCHA

Com o título:

**A INCLUSÃO DO CADEIRANTE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA
ESCOLAR PARA ENSINO MÉDIO**

Que após ser apresentado recebeu o conceito:

A B C D

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus. Sem ele
nada seria possível.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus.

Agradeço ao meu orientador Maria Zita Ferreira por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa.

A todos os meus professores do curso de educação física da Universidade pontifício católica de goiás pela excelência da qualidade técnica de cada um.

E aos meus pais que sempre estiveram ao meu lado me apoiando ao longo de toda a minha trajetória.

EPÍGRAFE

*“O esporte não constrói o caráter, ele o revela.”
(Heywood Hale Broun)*

RESUMO

O combate à exclusão atinge todas as esferas da sociedade, incluindo a escola. Esta deve assumir uma nova postura, modificando os paradigmas e analisando os problemas de maneira a buscar uma interação entre o ensino regular e a educação especial, a fim de oferecer conhecimentos para todos os alunos, e proporcionar a inclusão escolar dentro do processo de ensino e aprendizagem, promovendo a interação social entre todos os alunos presentes no ambiente escolar. Neste sentido, discute-se acerca da inclusão escolar e a educação especial, assuntos extremamente relevantes na área da educação física em que são debatidos em torno da construção de uma educação de qualidade e igualitária. Desta forma, o objetivo deste trabalho é analisar os aspectos pedagógicos em relação à educação especial em foco no processo de inclusão escolar, principalmente em cadeirantes e, para atingi-lo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, analisando livros, dissertações, teses, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso disponibilizadas no Google Acadêmico, nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), visando responder a pergunta de pesquisa: Quais problema pedagógicos são identificados por esses alunos cadeirantes de ensino médio? De que forma podem-se contornar esses mesmos problemas?

Palavras-chave: Inclusão escolar; cadeirantes; professores; educação física.

ABSTRACT

The fight against exclusion affects all spheres of society, including the school. This should take a new stance, changing the paradigms and analyzing the problems in order to seek an interaction between regular education and special education, in order to offer knowledge to all students, and provide school inclusion within the teaching process and learning, promoting social interaction among all students present in the school environment. In this sense, it is discussed about school inclusion and special education, extremely relevant issues in the area of physical education in which they are debated around the construction of a quality and equal education. Thus, the objective of this work is to analyze the pedagogical aspects in relation to special education focused on the process of school inclusion, especially in wheelchair users and, to reach it, bibliographic research was used, analyzing books, dissertations, theses, articles scientific papers, course completion papers made available on Google Scholar, in the databases of the Scientific Electronic Library Online (SciELO), aiming to answer the research question: What pedagogical problems are identified by these high school wheelchair students? How can these problems be circumvented?

Keywords: school inclusion; wheelchair users; teachers; physical education.

Lista de anexos

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica pg: 42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Tema	10
1.2 Delimitação do tema.....	11
1.3 Formulação do problema	11
1.4 Objetivos	12
1.4.1 Objetivo geral.....	12
1.4.2 Objetivos específicos.....	12
1.5 Justificativa	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	154
2.1 Concepções de educação e escola.....	154
2.2 Educação especial	154
2.3 Educação Inclusiva e o ambiente escolar	187
2.3.1 A educação inclusiva segundo Mittler	20
2.4 Pessoas portadoras de necessidades especiais e deficientes físicos	23
2.5 O cadeirante frente à disciplina de educação física.....	276
3 METODOLOGIA.....	30
3.1 Tipo e linha de pesquisa	33
3.2 Procedimentos e técnicas	31
3.3 Forma de análise.....	30
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

Com o desenvolvimento dos sistemas e metodologias de ensino da educação física, ela solidifica-se e constitui uma vasta variedade de escolhas. Nesse sentido, buscar uma qualificação profissional é de suma relevância no âmbito profissional. Ademais, se anteriormente a educação física apresentava pesquisas realizadas somente de maneira empírica, atualmente se vivencia metodologias mais efetivas que são fundamentais na pesquisa instantânea.

Dentro desse contexto, a educação física vem, cada vez mais, conquistando seu lugar como uma ciência que apresenta um dos intuitos mais relevantes, como a regulação e o equilíbrio biopsicossocial do homem. Frente a isso, as aulas devem ser elaboradas de forma a garantir oportunidades a todos os alunos para que desenvolvam suas potencialidades, de forma democrática, não seletiva, objetivando tanto sua formação como seu aprimoramento humano.

À vista disso, independente do processo adotado para o ensino-aprendizagem da Educação Física, as atividades realizadas devem ser elaboradas em conformidade com a individualidade e as características dos alunos, a fim de promover a valorização de suas potencialidades e compreensão de suas limitações. Posto isto, torna-se essencial colocar tal postura em prática, em especial quando se fala da educação física inclusiva para cadeirantes.

Ressalva-se que esta inclusão configura-se como um grande desafio tanto os professores de educação física como para a própria escola, visto que este processo demanda da adaptação das atividades esportivas. Frente a isso, o conhecimento do professor acerca de atividades adaptativas é de suma importância para promoção de tal inclusão, porém ainda que a educação física adaptada com o objetivo de promover a inclusão social seja prática antiga, ela começou a ganhar notoriedade há pouco tempo. Por essa razão, torna-se árdua a tarefa de encontrar bibliografias pertinentes ao tema a fim de ampliar o conhecimento dos professores.

À vista disso, se destaca a obra Educação Física para Deficientes (1991) de Sidney de Carvalho Rosadas, que pontua sobre as principais atividades que podem ser adotadas pelo profissionais de educação física, a fim de melhorar o desempenho de alunos deficientes, sendo estas as atividades que promovem o estímulo das habilidades motoras. Dentro desse contexto, os professores de educação física,

devem buscar a inserção dessas atividades em suas aulas, visto que a realização do movimento se faz necessário, não somente para os cadeirantes, mais para todos providos do desenvolvimento motor, visto que o indivíduo precisa sempre estar em movimento para a continuidade da vida. Ademais, a inserção de tais atividades tende a propiciar uma melhora tanto no desempenho como nas habilidades motoras dos alunos, contribuindo assim para o crescimento evolutivo das crianças com deficiência locomotora.

Assim sendo, a adaptação das atividades durante as aulas de educação física é de extrema importância para assegurar a inclusão dos alunos cadeirantes. Logo, a adoção de ações futuras que visem o processo de inclusão escolar são indispensáveis, a fim de tornar os professores capacitados e atualizados, rompendo com os obstáculos e barreiras da indiferença.

1.1 Tema

Inclusão na educação física escolar.

1.2 Delimitação do tema

A inclusão do cadeirante nas aulas de educação física escolar para o ensino médio.

1.3 Formulação do problema

A sociedade está inserida num contexto social repleto de avanços tecnológicos, e o mundo se encontra em parte de um processo de evolução científica, assim sendo, as instituições de ensino, caracterizadas por serem locais aonde se desenvolver e gera o conhecimento, necessitam acompanhar esse tempo moderno necessita acompanhar esse tempo moderno. Neste sentido, se discute muito sobre um tema recorrente e objeto do presente estudo, que é a inclusão escolar e a educação especial, assuntos extremamente relevantes na área da educação física e que é debatido em torno da construção de uma educação de qualidade e igualitária.

É um grande desafio para os professores de educação física desenvolverem e se adequarem ao processo de inclusão de alunos que necessitam de educação especial, uma vez que é de responsabilidade destes profissionais criarem novas estratégias de ensino, e em suas atuações, uma nova perspectiva de ensino no ambiente escola, sendo elementos facilitadores do processo de ensino-aprendizagem. É papel da escola assumir uma nova postura, modificando os paradigmas e analisando os problemas de maneira a buscar uma interação entre o ensino regular e a educação especial, a fim de oferecer conhecimentos para todos os alunos, e proporcionar a inclusão escolar dentro do processo de ensino e aprendizagem, promovendo a interação social entre todos os alunos presentes no ambiente escolar.

Neste contexto, foi identificado que há problemas com relação a inclusão de alunos cadeirantes no sistema educacional brasileiro. Problema: Quais problemas pedagógicos são identificados por esses alunos cadeirantes de ensino médio? De que forma pode-se contornar esses mesmos problemas?

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Analisar os aspectos pedagógicos positivos em relação à educação especial em foco, no sentido de promover no processo de inclusão escolar, principalmente em cadeirantes.

1.4.2 Objetivos específicos

- Analisar o histórico da educação especial no Brasil, sua conceituação e suas diretrizes no ambiente escolar;
- Levantar análises sobre a inclusão escolar frente à educação especial;
- Caracterizar atividades diferenciadas que possibilitem a inclusão do aluno cadeirante nas aulas de educação física.

1.5 Justificativa

Justifica-se esse estudo de forma pessoal na importância e a necessidade da prática esportiva para pessoas com deficiências físicas, em específico os cadeirantes. A relevância desse estudo volta-se em buscar a prioridade não no esporte ou aula em si, mas no aluno, no olhar mais humano, na sensibilidade a realidade apresentada, dessa forma o professor pode ser visto como um símbolo de ações positivas acompanhando os alunos a terem um aprendizado prazeroso da educação física, com atitudes que favorecem a inclusão. É de grande importância esta prática, pois ajuda tanto na sua recuperação como na melhora de sua autoestima. A educação está relacionada com a existência humana no decorrer de toda a sua história trajetória do indivíduo e da sociedade, em, de diferentes culturas. Está associada com a formação da humanidade em que visa à construção de identidade do cidadão (BRENDLER, 2013).

Justifica-se a elaboração do presente estudo de forma social uma vez que as escolas cada vez mais estão recebendo alunos que precisam de educação especial, e em grande maioria, essas instituições e seus profissionais possuem defasagens em relação as práticas pedagógicas que envolvem essa temática, e por ser um tema de grande importância na área da educação física, visto que as escolas precisam introduzir novas estratégias para que a inclusão escolar seja realizada de modo efetivo.

Justifica-se esse estudo de forma científica voltando-se a observação de que não existe uma única maneira e modelo de educação. E está inserida em todos os segmentos da sociedade, podendo ser livre entre todos como uma ferramenta em que os indivíduos criem para transformar comum o saber que é comunitário, como bem, como trabalho ou como vida. A educação pode ainda revelar-se como imposição de um poder centralizado como arma para reforçar a desigualdade, na divisão dos bens, do trabalho, dos direitos.

Entende-se então a necessidade de se relatar e apresentar as formas diversas de abordagem do tema proposto, sua importância para o meio acadêmico, científico e profissional se dá quando as informações chegam de forma clara e descomplicada para os que procuram soluções em bibliografias. Para a comunidade em geral se mostra importante pelo fato de que a sociedade fica assistida e pode

inserir o público de nível médio deficiente nas escolas e serem acolhidos por profissionais qualificados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Concepções de educação e escola

A educação está relacionada com a existência humana no decorrer de toda trajetória do indivíduo e da sociedade, porém, de diferentes culturas. Está associada com a formação da humanidade em que visa à construção de identidade do cidadão (BRENDLER, 2013).

A educação de um modo ou de outro está presente na vida diária de todos os indivíduos, seja em instituições de ensino ou não, com intenções e finalidades explícitas de aprendizagem diante de uma ação consciente (CORREIA, 2014).

A definição de educação é ampla, porém, seu conceito está associado a escola, disciplina, aprendizado, ensino, didáticas, metodologias e a própria pedagogia, se relaciona com o pensamento tradicional e cotidiano.

De acordo com Brendler (2013) a educação é a influência de pessoas mais experientes e com formação acadêmica sobre gerações jovens, no intuito de prepará-los para a vida em sociedade, incentivá-los no desenvolvimento pessoal, intelectual e moral, para sua construção como um ser humano pensante.

2.2 Educação especial

Historicamente a educação especial no Brasil ressalta ações e práticas sociais que eram evidenciadas pela negligência, preconceito e encorajando casos de exclusão escolar. Neste contexto, a ignorância e rejeição do indivíduo com qualquer tipo de deficiência, eram algo comum, seja por parte da família, escola e a sociedade em geral, que tomavam postura discriminatória, de maneira que o indivíduo portador de qualquer tipo de deficiência era banido do estado social, sem nenhum direito ou dever frente a sociedade (MEDEIROS, 2015).

Ao realizar um breve histórico da educação especial no Brasil, essa atenção aos alunos que possuem qualquer tipo de deficiência ou necessidade especial não

começou antes do século XVIII, em que foram observadas somente algumas ações isoladas (ARTALINO, 2018).

De acordo com Barreto (2014 *apud* ARTALINO, 2018) apenas em meados do século XIX até o século XX, com o surgimento de diferentes filósofos, psicólogos e pedagogos como Piaget, Vygotsky, Emília Ferrero, Freinet, Paulo Freire, Montessori, dentre outros, que tinham a preocupação em relação às questões de aprendizagem e de alunos que não se adaptavam com o padrão da normalidade escolar definido e, em decorrência disso, eram excluídas as crianças com problemas auditivos, cegos, síndrome de Down, e outras deficiências (ANTUNES, 2014).

Piaget, biólogo suíço, dedicou-se a analisar o processo de aquisição de conhecimento pelas crianças, onde concluiu que o processo de educar crianças não se limita à transmissão de conteúdos, mas deve favorecer a atividade mental do aluno de acordo com suas fases do desenvolvimento (ANTUNES, 2014).

Célestin Freinet assim como Piaget pertence à corrente pedagógica do construtivismo, defendendo que as crianças possuem papel ativo na construção do seu conhecimento. Já Emilia Ferreiro, psicolinguista argentina, foi orientada por Jean Piaget, de forma que inovou ao utilizar a teoria do seu mestre ao aplicá-la à alfabetização, tornando-se referência no Brasil e influenciando normativas do governo a respeito (PELLEGRINI, 2001).

Lev Vygotsky destaca nas suas obras o papel das relações sociais no processo de aprendizagem, estreando a corrente pedagógica do socioconstrutivismo. Enquanto Piaget foca nos processos internos de aprendizagem, Vygotsky complementa a teoria ao incluir os processos interpessoais (NOGUEIRA, 2018).

A médica italiana Maria Montessori, reconhecida atualmente pelo método que leva seu nome, preza a atividade, individualidade e liberdade como bases do aprendizagem, defendendo a autonomia e a auto-educação (PELLEGRINI, 2001).

O mais célebre educador brasileiro, Paulo Freire, ficou mundialmente reconhecido pelo seu método de alfabetização de adultos, onde defendia a conscientização do aluno como propósito do processo educacional, a fim que o aluno possa transformar o meio onde vive (FERRARI, 2008).

Desde então, foram criados os primeiros estabelecimentos para essas crianças, que eram as creches, internatos e asilos, em que o intuito era somente

cuidar, alimentar e higienizar as crianças, que eram filhos de pais trabalhadores e necessitavam de um local para deixá-los.

Entre os séculos XVIII e XIX, de modo gradativo, aconteceram mudanças socioculturais, dogmáticas, características da Idade Média e o avanço da ciência proporcionou para a deficiência física uma perspectiva mais organicista, se transformando em um problema relacionado a área médica, passível de tratamento. Deste modo, foram surgindo as instituições especialmente para atendimento dos deficientes, profissionais da medicina e da pedagogia, sempre a parte dos demais, considerados "normais". Foi iniciada então a cultura da "institucionalização" do atendimento as pessoas portadoras de necessidades especiais (ARTALINO, 2018).

De acordo com Fernandes (2010 *apud* MEDEIROS, 2015) a educação especial somente foi reconhecida pelo poder público em 1957 com o desenvolvimento das "Campanhas" que tinham objetivo exclusivo para tratar de cada uma das deficiências. No mesmo ano, foi instituída a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB), em que foi instalado o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), existente até os dias atuais no Rio de Janeiro.

De acordo com a autora (Cristine medeiros,2015) diversas campanhas similares foram criadas posteriormente a fim de atender a outras deficiências. Na sequência, foram desenvolvidas as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e as Escolas Pestalozzi, que atendiam indivíduos com deficiência intelectual dentre outras, visando o ensino e aprendizado específico para uma deficiência ou múltiplas deficiências. Deste modo, pode-se definir um considerável avanço em caminho da promoção da educação escolar sistematizada - no âmbito da iniciativa privada ou em Organizações não Governamentais (ONG's) no sistema educacional - com o chamado Atendimento Educacional Especializado (AEE) (MEDEIROS, 2015).

Por fim, é fundado, em termos educacionais, o período integral conduzido pelas concepções de normalização, integração e individualização, em que os alunos podem ser beneficiar do ensino regular, se apresentando nas modalidades existentes no ambiente escolar, em especial, na rede pública (MEDEIROS, 2015).

De acordo com Correia (2014, p. 7) "a educação especial é uma modalidade de educação que perpassa todos os níveis de escolaridade e outras modalidades". No que diz respeito as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial, em relação a educação básica, essa modalidade possui a seguinte definição:

Educação Especial: Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos ou serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 39).

Neste contexto, foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/96) em que determina o atendimento escolar para alunos portadores de deficiência nos artigos 58 e 59. Em especial no art. 58 é estabelecido que a educação especial deva ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com deficiência e prevê ações de apoio específicos sempre que for necessário (ALMEIDA, 2007).

2.3 Educação Inclusiva e o ambiente escolar

A educação inclusiva pode ser entendida como uma concepção de ensino contemporânea que tem como objetivo garantir o direito de todos à educação. Ela pressupõe a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim, as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero dos seres humanos. Implica a transformação da cultura, das práticas e das políticas vigentes na escola e nos sistemas de ensino, de modo a garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, sem exceção.

A Educação inclusiva compreende a Educação especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos. Não separa-se, portanto, a escola regular da especial, favorecendo a diversidade, acolhendo todas as crianças em um mesmo contexto escolar.

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (CARVALHO, 2005, p. 30).

De acordo com Cacere (2009) o interesse pela efetivação da educação inclusiva está baseado em preceitos políticos, culturais, sociais e pedagógicos, em relação ao direito em que todos os alunos possuem de permanecerem juntos,

interagindo, estudando e participando, sem qualquer tipo de discriminação. Com fundamentos no parecer dos direitos humanos, essa maneira de educação enaltece as diferenças e proporciona a igualdade de direitos, não permitindo ações preconceituosas dentro e fora do ambiente escolar.

Para Mills (1999 *apud* FUMEGALLI, 2012, p. 7) o princípio que rege a educação inclusiva é “o de que, todos devem aprender juntos, sempre que possível, levando-se em consideração suas dificuldades e diferenças”.

A educação inclusiva tem diferentes definições de acordo com diferentes estudiosos, pedagogos e filósofos.

É necessário desvincular o aluno que precisa de atendimento escolar especial do conceito de doença permanente, e o introduzi-lo em um novo mundo educativo em que se considerem as causas, não da visão orgânica, mas da visão interativa, ou seja, não visada de modo exclusivo nas suas deficiências, mas inclusive, nos recursos educativos disponíveis (BUENO, 1999 *apud* FOSSI, 2010).

A educação inclusiva deve ser compreendida como uma possível forma de atender as dificuldades de aprendizagem de todos os indivíduos no meio escolar, a fim de permitir que, os alunos que possuam qualquer tipo de deficiência, utilizem os mesmos direitos que os outros, em outras palavras, direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular (SANTOS, 2012).

De acordo com Mantoan (2003 *apud* FUMEGALLI, 2012 p. 13) “inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, ou seja, é a capacidade de compreender e valorizar o outro, e assim, se privilegiar de conviver e partilhar de experiências com indivíduos um diferente dos outros. A educação inclusiva ampara e apoia todos os alunos, sem exceção, tanto para o deficiente físico, quanto para os que possuem comprometimento mental, os superdotados, as minorias, e qualquer criança que sofre de discriminação pelo motivo que seja.

Caceres (2009) ressalta que independente de qual seja a necessidade especial do aluno, este indivíduo possui habilidades que precisam ser trabalhadas e estimuladas. Assim, todas as pessoas podem aprender, porém, cada um à sua maneira diferente das outras. No que concerne a uma nova perspectiva escolar, a inclusão deve proporcionar a qualidade de ensino sem realizar a exclusão de nenhum aluno, e deve atender a diversidade presente, valorizando as habilidades de cada indivíduo, com objetivo de identificar suas peculiaridades e seu modo de

aprendizagem, assegurando o sucesso dos alunos nas atividades do ambiente escolar.

Deste modo, cada aluno portador de deficiência em que a escola recebe, deve ser visto de acordo com sua singularidade, independentemente de suas necessidades especiais apresentadas, pois aquele indivíduo é um ser único e é seu direito desfrutar de uma educação de qualidade. Neste sentido, o ambiente escolar deve ser organizado a fim de possibilitar a educação acessível a todos os alunos (SOARES, 2014).

Segundo o relatório para a Unesco feito pela Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI há quatro pilares sobre os quais a educação deve se firmar: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver; e aprender a ser. A educação inclusiva deve embasar-se nesses pilares para garantir a aprendizagem por meio das várias possibilidades de desenvolvimento existentes.

Acerca da educação Inclusiva e o ambiente escolar, encontram-se diversas dificuldades para implantar a educação inclusive, principalmente diante as diferenças entre integração e inclusão. Tais dificuldades vão desde a falta de estrutura adequada da escola, falta de preparo dos professores até a falta de afeto, apoio e amor dos professores, gestores, funcionários para com essas crianças.

De acordo com Sousa e Soares (2015, online)

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças.

Todavia, para essa premissa se concretizar, é necessário que o ambiente escolar seja acolhedor para que estas crianças não somente tenham os meios e estruturas para se expressar e interagir, mas também se sintam a vontade para tal, sem julgamentos.

Para efetivar esse ambiente escolar propício para a educação inclusiva são necessárias adaptações no currículo escolar, nos processos de avaliação, nos momentos de formação dos envolvidos e principalmente nas relações estabelecidas nesse cotidiano. Torna-se necessário também exigir políticas públicas que garantam o acesso, permanência e ensino com qualidade a todos os alunos (SOUSA; SOARES, 2015).

A fim de fortalecer os vínculos e ampliar a abrangência do trabalho de inclusão, as redes de apoio fazem-se indispensáveis. A família, os profissionais de saúde e todos que colaboram no processo de aprendizagem das crianças com deficiência devem-se fazer presentes. Essa necessidade se dá não somente porque toda sociedade tem a responsabilidade de favorecer esse processo educacional, mas também porque a vida dos alunos não se resume a escola e a inclusão deve abarcar todas as esferas da sua vida.

A rede de apoio estende-se aos outros alunos e pais da instituição escolar, que devem compreender a necessidade de diferentes processos de aprendizagem. Portanto, a cultura da escola deve ser inclusiva e não somente sua estrutura ou currículo, promovendo um ambiente de respeito, aceitação e tolerância para que a autonomia de todos os alunos seja estimulada (PINTO, 2019).

2.3.1 A educação inclusiva segundo Mittler

Difere-se, portanto, a integração, conceito vigente anteriormente, da inclusão, que é proposta contemporaneamente. Esses dois conceitos diferenciam-se principalmente quanto aos seus fins, visto que a integração objetivava a preparação de alunos especiais para sua inserção em escolas regulares. Já a inclusão busca reestruturar as escolas de forma à abranger a diversidade e permitir que as experimentações sejam vivenciadas por qualquer aluno (MITTLER, 2003).

Dentre os autores que abordam a educação inclusiva destaca-se Mittler que traz a questão dos métodos e atitudes que podem contribuir para uma efetiva inclusão escolar e social visto que a inclusão não depende somente de metodologias aplicadas com sucesso, mas de atitudes voltadas a minimizar ou extinguir as reações preconceituosas com essas pessoas. Como admite Mittler (2003, p. 182):

O obstáculo principal para a inclusão subjaz às crenças e às atitudes, e não à ausência de prontidão das escolas e dos professores”. Portanto é preciso realizar uma boa avaliação prévia de cada caso particular e montar um plano de estudo destinado aquele aluno. São as atitudes que precisam ser revistas.

A luta contemporânea pela inclusão social e pelo respeito à diversidade pauta-se na busca por uma escola que possa atender a todos os alunos, sem rótulos e sem classificações discriminatórias – e isso não somente na Educação Especial.

Esta questão torna-se primordial diante da Resolução presente nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001), em seu artigo 2º, determina que o estabelecimentos de ensino devem matricular todos alunos, cabendo o próprio estabelecimento se organizar para atender as necessidades particulares de cada aluno.

A educação inclusiva é uma aplicação prática de um movimento mundial denominado de inclusão social que propõe um novo paradigma e implica um processo bilateral, das pessoas excluídas e da sociedade, na construção de uma parceria que busca efetivar a equiparação de oportunidades.

Todavia, não é suficiente que uma criança com necessidades especiais seja incluída em uma escola regular para que haja uma inclusão progressiva, mas que sejam fornecidas as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos – como consta na Lei – sejam atingidas.

Conforme aponta Mittler (2003):

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão (p.16)
[...] uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência (Mittler, 2003, p. 34).

Ou seja, a inclusão escolar envolve um processo de reforma e reestruturação como um todo, abarcando não somente a questão física, mas pedagógica, social, avaliatória, de forma que a inclusão seja completa e abrangente. Para tal, deve-se seguir o modelo social da deficiência que baseia-se na eliminação ou diminuição das barreiras impostas pela própria sociedade aos portadores de deficiência, superando as situações de exclusão, reconhecendo o direito a ser diferente e envolvendo toda a sociedade no atendimento às pessoas com deficiências (MITTLER, 2003). De acordo com Mittler (2003), a inclusão vai além de simplesmente colocar uma criança na escola. É preciso criar um ambiente onde todos possam desfrutar o acesso e o sucesso no currículo e tornarem-se membros totais da comunidade escolar e local, sendo, desse modo, valorizados.

Portanto, as atitudes devem partir tanto do campo macro – os governos, como do micro – os diretores, professores, coordenação. Essa tem sido uma requisição dos movimentos de pessoas portadoras de deficiência, em sua maioria adultos, que passaram a ter um olhar para a importância da educação inclusiva. Além desse tema, a agenda do movimento das pessoas portadoras de deficiência comporta ainda a luta pela aprovações de leis antidiscriminação, abolição de leis que incentivam ou permitem a segregação ou restringem direitos, campanhas para aumentar a consciência pública acerca dos temas envolvidos, e a representação política das pessoas portadoras de deficiência (MITTLER, 2003).

Outro tema significativo na temática da educação inclusiva é a formação dos professores, gestão e funcionários envolvidos. A capacitação, segundo Mittler (2003) deve alcançar até mesmo os políticos e legisladores, visto que todos que relacionam-se a inclusão devem conhecê-la. A formação de professores para os atendimentos educacionais especializados devem ir além da formação pedagógica, mas alcançar também a formação social e psicológica.

Não somente Mittler (2003), mas também Bueno (1999), Omote (2001) e Mendes (2002) concordam que, para atender às necessidades especiais do alunado com deficiência, a formação do professor especializado deve ser repensada e reformulada. Mittler (2003) afirma que o ato de educar depende do trabalho diário dos professores em sala de aula, ou seja, professores conscientes de suas ações, escolas planejadas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiadas pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e, acima de tudo, pelos pais.

Os professores precisam de oportunidades para refletir sobre as propostas de mudança que mexem com seus valores e com suas convicções, assim como aquelas que afetam sua prática profissional cotidiana. Os professores já estiveram sujeitos a uma avalanche de mudanças, nas quais suas visões não foram seriamente consideradas. É importante que a inclusão não seja vista apenas como uma outra inovação (MITTLER, 2003, p.184).

Além do impacto da formação continuada dos envolvidos, mostra-se primordial o apoio aos professores nas atividades, onde a presença de um segundo professor na sala de aula, sendo ele intérprete, apoio, monitor ou auxiliar, traz um impacto positivo para os alunos (MITTLER, 2003).

O reconhecimento de dificuldades na formação docente para a educação inclusiva deve ser não uma justificativa para os fracassos, mas um motor para a construção de experiências bem-sucedidas onde a educação é de qualidade e verdadeiramente para todos. É necessário que além de aprender a adaptar o planejamento e os procedimentos de ensino, é preciso que os educadores olhem para as competências dos alunos, e não apenas para suas limitações. Esse olhar é essencial visto que o professor atua principalmente como organizador da sala de aula, guiando e orientando as atividades dos alunos durante o processo de aprendizagem para aquisição dos saberes e competências (MITTLER, 2003).

Outro elemento importante na concretização da educação inclusiva é a ação da rede de apoio, formada pela família, profissionais de saúde, e todos relacionados aos alunos. As salas multifuncionais onde será conduzido, de fato, o atendimento ao aluno com deficiência também pode ser encarada como uma rede de apoio. Afinal, a realização desse atendimento garante ao professor que o aluno terá acesso a materiais, ferramentas, conteúdos e técnicas especiais. A família compõe a rede de apoio como a instituição primeira e significativamente importante para a escolarização dos alunos, visto que é a fonte primária de informações para o professor sobre a criança. Portanto, é essencial uma relação de confiança entre a criança e a família, a criança e a escola, e a família e a escola (MITTLER, 2003).

Destaca-se que o aprendizado dos alunos com deficiência é de responsabilidade de todos que fazem parte do processo educacional e não apenas do professor ou da gestão escolar (MITTLER, 2003). Todavia, Mittler (2003) advertiu quanto ao perigo da dependência do professor com relação à equipe técnica. A especialização dos mesmos pode sugerir ao professor incompetência em gerenciar sua atuação não especializada para com o deficiente.

2.4 Pessoas portadoras de necessidades especiais e deficientes físicos

O sistema educacional, assim como outros espaços tem sido visto como uma porta de acesso para Portadores de Necessidades Especiais (PNEs) intervirem e ocuparem lugares sociais onde até então predominavam pessoas sem deficiência. E por ser a escola um ambiente onde se consolidam valores e se formam atitudes, cabe aqui uma ênfase especial ao trabalho desenvolvido pelos educadores de educação física em função de um projeto educacional inclusivo. Promover que

crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais a oportunidade de participem dos mesmos espaços educativos que as crianças sem deficiência – inclusive compartilhando das mesmas atividades pedagógicas - significa possibilitar-lhes oportunidades iguais no futuro.

Uma vez que os PNEs fazem parte de um grupo social minoritário, dentro de uma maioria considerada normal, as instituições como família e escola, importantes reprodutoras dos valores sociais, são decisivas para a construção de alternativas de participação destes em todas as esferas da sociedade.

No Brasil, de acordo com Monteiro (2007), leis federais têm garantido o ingresso do aluno portador de deficiência em turmas de ensino regular. Esse fato, entretanto, requer uma qualificação específica dos profissionais da educação de forma que possam estar aptos a lidarem com todas as especificidades de uma PNE, sem atitudes preconceituosas ou pré-julgamentos.

Afirma ainda Monteiro (2007) que apesar das políticas públicas, pouco são as crianças com necessidades especiais que têm tido a oportunidade de frequentar escolas regulares, e mesmo estas encontram escolas e/ou professores com poucos recursos e conhecimento para garantir o sucesso e permanência desses alunos.

Considerando que a Pessoa Portadora de Necessidade Especial (PPNE) tem no direito à educação um dos direitos básicos da pessoa humana, de forma que o acesso a várias etapas de formação “possibilita o ingresso no mercado de trabalho em situações mais favoráveis, vale observar o vínculo entre os direitos humanos e a democracia” (CARVALHO, 2003, p. 13). No contexto da educação especial, inclusiva e PPNE, de acordo com Silva (2015) destaca-se a situação dos cadeirantes e suas peculiaridades em relação a fatores sociais, deste modo, é essencial identificar percepções associadas a esta deficiência. Assim, de acordo com o que está inserido no decreto nº 3.298 de 1999, no seu Art. 4º, da legislação brasileira o conceito sobre deficiência física é:

Alteração completa ou parcial e uma ou mais segmentos do corpo humano acarretando o comprometimento da função física, apresentado sob forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência do membro, paralisia cerebral, membros com deformidades congênitas ou adquiridas, exceto as deformidades estéticas e que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 1999, p. 23).

A pessoa considerada como deficiente física é aquela que apresenta alguma deformidade em seu aspecto físico que compromete seus movimentos e sua

capacidade motora, incapacitando a pessoa de andar, correr, desempenhar alguns movimentos para os padrões definindo-se como normais para a sociedade, sendo estes movimentos considerados vantajosos, uma vez que com estes, o ser humano alcança uma capacidade essencial para sua vida. Para a sociedade, um indivíduo que não consegue ter o domínio sobre tais capacidades em um ambiente social, o mesmo é dotado de uma incapacidade, que não o permite desempenhar movimentos motores de uma determinada função (SILVA, 2015).

Nos dias atuais, há um maior entendimento sobre os fatores que podem levar uma pessoa a apresentar uma característica deficiência física, seja esta congênita, em que o indivíduo nasce com uma determinada deficiência, ou adquirida, em que o indivíduo no decorrer de sua vida, por fatores diversos como um acidente ou doença, acabam adquirindo alguma limitação motora, que pode ser temporária ou permanente, exigindo cuidados específicos, como, a utilização de cadeiras de rodas, muletas, ou, de acessibilidade em estruturas arquitetônicas adaptadas para seu deslocamento (AIME; SENA; AWAD, 2014).

De acordo com Xavier (2013, p. 13) “a cadeira de rodas constitui-se em uma parte fundamental na qualidade de vida do deficiente físico portador de paralisia cerebral ou não, pois é nela que o indivíduo passa diversas horas do seu dia”.

Conforme o decreto nº 3.298 de 1999, no seu Art. 4º, da legislação brasileira, o deficiente físico ainda que possua diferentes modalidades, tem capacidade de desempenhar funções no âmbito escolar e profissional, sendo assim, são potencialmente iguais às pessoas consideradas normais, com diferenças apenas em seu aspecto físico, pois a capacidade mental é considerada a mesma em relação a uma pessoa fisicamente saudável, ressalta-se que, alguns deficientes físicos conseguem desenvolver uma qualificação superior em diversos estudos, trabalhos e até em jogos (SILVA, 2015).

Neste sentido, “é necessário refletir no que se refere a real inclusão de pessoas portadoras de deficiências, como um todo, que ainda esteja impedindo ou dificultando a presença ou permanência destes sujeitos no meio social” (XAVIER, 2013, p. 15).

Entende-se que os indivíduos com deficiências físicas, como qualquer outra pessoa inserida na sociedade, têm direito a um ambiente sadio e adaptado a suas necessidades inclusivas, independente de sua situação socioeconômica ou cultural.

No que diz respeito às dificuldades enfrentadas por usuários de cadeiras de rodas, Aime, Sena e Awad (2014) ressaltam que as barreiras de acessibilidade são referidas como as maiores dificuldades. Nas escolas regulares destaca-se a falta de rampas de acesso ao prédio e entre os andares das escolas, além do tamanho das portas (que não permitem a circulação de cadeiras de rodas), a falta de adaptação dos banheiros, e a falta de ônibus adaptados para o transporte coletivo.

A falta de preparação dos professores acaba fazendo com que esses portadores se afastem dos estudos e deixem de procurar por maiores qualificações, tornando o acesso ao trabalho ainda mais difícil.

As escolas especiais são importantes, porém não devem se confinar, procurando conviver intensamente com outras escolas vizinhas; A leitura e a escrita em Braille confirmam-se como uma necessidade de extrema importância principalmente para aqueles de menor poder aquisitivo.

A educação inclusiva é uma forma de promover a igualdade e interação entre todos os alunos, desenvolvendo práticas educativas especiais que favorecem o processo de ensino-aprendizagem do aluno portador de deficiência.

2.5 O cadeirante frente à disciplina de educação física

O ambiente escolar, e principalmente, as aulas de educação física, são consideradas um grande desafio para as pessoas com deficiência física “cadeirante”. Esse fator pode estar associado a despreparação, desempenho e desinteresse por parte do educador em inserir os alunos com deficiência física em suas aulas. Outro fator está ligado à dificuldade de acesso do aluno ao espaço utilizado para as aulas de Educação Física ou ao próprio espaço que é limitador (AIME; SENA; AWAD, 2014).

Para buscar essa igualdade de oportunidades, a pessoa com deficiência tem que enfrentar, no seu cotidiano, o mundo físico e as outras pessoas. O mundo físico, este criado pelo homem, para o homem “dito normal”, é o ambiente e suas barreiras. As outras pessoas são as que com seus costumes, valores, atitudes e expectativas sociais excluem por preconceito, desconhecimento ou desvalorização a pessoa com deficiência do convívio e dos benefícios que a sociedade oferece (GAIO, 2004 p.17).

De acordo com Xavier (2013, p.14) “as práticas de atividades físicas regulares para cadeirantes exigem profissionais preparados e comprometidos, e professores que incentivem a prática regular no cotidiano”.

De acordo com Freitas (2017), para que existe a inclusão do aluno cadeirante, é preciso investir em equipamentos e profissionais aptos no âmbito da educação física, para inserção do mesmo em aula. A escola deve proporcionar uma educação voltada para todos independente de sua condição física, promovendo condições para o aprendizado e lazer, com um ambiente sem distinção e preconceito, a fim de desenvolver seu potencial físico e mental.

Em estudo realizado na Universidade Federal de Santa Maria por Borges *et al.* (2007), onde 23 alunos com deficiência física participaram da adaptação de regras e fundamentos do basquete e do futebol, os autores afirmam que através da prática desportiva para pessoas com deficiência, foi possível observar melhoras significativas em relação ao aspecto afetivo-social, na cooperação e o respeito entre os participantes durante as práticas desportivas e também em relação ao desenvolvimento motor dos participantes (MARTIN, 2006, p. 46)

Uma alternativa para esse público e para as escolas é o esporte adaptado, pois além das vantagens em relação ao físico, essa atividade promove interação social e conscientização positiva no aspecto psicológico. O esporte adaptado é considerado como uma atividade modificada ou desenvolvida para atender as expectativas das pessoas que possuem alguma deficiência física. Essa atividade pode ser praticada em ambientes integrados, com pessoas com deficiência e sem deficiência, em ambientes segregados onde existe a participação esportiva apenas com deficientes físicos (FREITAS, 2017).

A educação física traz inúmeros benefícios para os alunos cadeirantes, tanto nas capacidades motoras, quanto nas competências afetivas, de integração e inserção social. No entanto, é essencial que alguns cuidados sejam tomados, como, verificar cada modalidade específica da necessidade especial de cada aluno, suas exigências necessárias de acessibilidade, e graus de limitação (AIME; SENA; AWAD, 2014).

Segundo Sousa e Faria (2015) a movimentação do corpo é necessário para todas as pessoas, principalmente para os alunos cadeirantes, pois estes necessitam de um incentivo a mais para melhorar sua qualidade de vida, aumentando seu

potencial, autoestima, confiança, em relação a seu desenvolvimento e continuidade de vida.

Sobre a educação física em relação ao aluno cadeirante, Ramos *et al.* (2017, p. 36) diz que

De acordo com dados do IBGE (2010) nas aulas de Educação Física encontra-se cerca de 23,9% de alunos portadores de alguma deficiência. O fato de realizar tarefas, atividades ou apenas viver a vida cotidiana já é um desafio enorme, mesmo para as pessoas que não apresentam deficiência, imagina para os alunos que apresentam alguma característica que necessitam de uma atenção especial, isso gera uma reflexão para que possa facilitar e possibilitar a execução de movimentos simples, ou até mesmo estar integrado e interagindo com o grupo de aula.

Trabalhar com alunos portadores de necessidades, como os cadeirantes, não é tão simples, e exige do professor maior empenho, estudos mais avançados que complementem a sua formação. Percebe-se a presença de professores descompromissados com a causa dos alunos com deficiência e outros extremamente empenhados, que lutam para o aluno ser incluído nas aulas de Educação Física (AIME; SENA; AWAD, 2014).

Mesmo assim, percebe-se grande melhora no desempenho dos alunos nessas atividades e também melhoras motoras, o que demonstra a grande importância de todo esse processo que tende a ser difícil, mas muito eficaz.

Em relação a isso, Rosadas (1991) menciona que as principais atividades relacionadas a melhora desse desempenho referem-se as atividades que trabalham a habilidade motora, as quais contemplam os seguintes parâmetros: coordenação, equilíbrio, força, agilidade, velocidade, potência e flexibilidade.

No que se refere a coordenação motora, a mesma contempla a capacidade que o corpo tem de desenvolver um movimento. Assim atividades como pular, correr, andar, saltar ou realizar tarefas que exijam maior habilidade, como segurar um lápis, bordar, desenhar, recortar, são exercícios de dependem da coordenação motora.

A coordenação pode ser classificada como coordenação motora grossa, na qual se verifica o uso de grupos de músculos maiores e coordenação motora fina, onde se verifica o uso de músculos pequenos, como os das mãos e dos pés.

Em relação ao equilíbrio o mesmo configura-se como a base para a realização correta de qualquer movimento. Assim, para conseguir desempenhar uma atividade física, o indivíduo precisa, primeiramente, ser capaz de resistir às forças da

gravidade. As habilidades de equilíbrio constituem a base para as outras habilidades locomotoras e manipulativas visto que todo o movimento envolve um elemento de equilíbrio. A vista disso, práticas rotineiras como subir ou descer escadas ou até mesmo se sentar corretamente ou escrever em linha reta, são atividades que dependem particularmente o equilíbrio.

Já a habilidade de força está relacionada com a capacidade de executar movimentos, de forma que é partir dela que conseguimos levantar e saltar por exemplo. Enquanto que as habilidades de agilidade, velocidade, potência estão associadas a capacidade de executar movimentos rápidos e ligeiros juntamente com a capacidade de realizar as ações vigorosas em um curto espaço de tempo. Tais habilidades podem ser verificadas em atividades coletivas, por exemplo.

Por fim a habilidade de flexibilidade refere-se a capacidade de realizar os movimentos articulares na maior amplitude possível sem que ocorram danos as articulações. Esta habilidade é específica para cada exercício, com por exemplo os movimentos das danças (FERNANDES FILHO et. al., 2007).

3 METODOLOGIA

3.1 Tipo e linha de pesquisa

A pesquisa do presente estudo se vincula à linha de Ciências do Esporte e Saúde, na qual os objetos de estudo

configurar-se-ão em temáticas relacionadas com o treinamento corporal e as suas diferentes possibilidades, sobretudo, o esporte, a relação com a saúde, o desenvolvimento do *fitness* e *wellness*, as atividades relacionadas aos diferentes grupos portadores de necessidades especiais, assim como, o desenvolvimento motor nas diversas faixas etárias e as influências biopsicossociais sobre as pessoas que não praticam exercícios (NEPEF, 2014, p. 9).

Ademais, caracterizar-se-á, por ser uma pesquisa de cunho bibliográfico, com abordagem exploratória, que busca no pensamento de outros autores uma melhor compreensão da necessidade da prática esportiva, para pessoas com deficiências físicas (CORREIA, 2014). Neste caso, trataremos sobre os cadeirantes, vez que é, importante a realização dessa prática, a fim de possibilitar, tanto sua inclusão em atividades comuns, quando para a elevação da autoestima.

Já a pesquisa explicativa, tem como premissa identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos, sendo assim, é por meio deste método de pesquisa, que se obtém o “porquê” das coisas, visto o resultado oferecido (GIL, 2007).

3.2 Procedimentos e técnicas

Para realizar a pesquisa bibliográfica, serão utilizados livros, dissertações, teses, artigos científicos, trabalhos de conclusão de curso disponibilizadas no Google Acadêmico, nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e, se necessário, da legislação pertinente, com publicação que não ultrapasse os últimos 10 anos.

Buscar-se-á o material com base na pesquisa considerando as palavras-chave, como, por exemplo: ensino médio, inclusão, deficiência motora e cadeirantes.

3.3 Forma de análise

A fim de possibilitar a análise dos materiais acerca do assunto, em um primeiro momento, será realizada a leitura dos materiais selecionados, após isso, haverá a identificação dos pontos mais importantes e, em seguida, será efetuado a produção do trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme pontua Finck (2011) dentro do contexto da Educação Física Escolar, os parâmetros curriculares nacionais, já nos evidenciavam que as aulas de Educação Física deveriam ser elaboradas na perspectiva de assegurar oportunidades a todos os alunos para que desenvolvessem as suas potencialidades, de forma democrática, não seletiva, objetivando tanto sua formação como seu aprimoramento humano.

Sendo assim, seja qual for o objeto de conhecimento no processo de ensino-aprendizagem da Educação Física, a individualidade e as características dos alunos devem ser levadas em consideração, juntamente com a valorização de suas potencialidades valorizadas e compreensão de suas limitações (FINCK, 2011).

Dentro desse contexto de ações diversificadas, Salerno (2009) explica que a relevância na vivência de esportes adaptados na escola, configura-se como um instrumento prático para que os alunos explorem os movimentos de forma diferenciada, a fim de adquirir experiência e vivência com os movimentos adaptados, com suas dificuldades e limitações, bem como alcançar a superação dessas limitações na execução das atividades.

Em relação à educação física para cadeirantes percebe-se que a mesma possibilita grande melhora no desempenho dos alunos em decorrência de suas atividades e também melhoras motoras, o que demonstra a grande importância de todo esse processo que tende a ser difícil, mas muito eficaz.

À vista disso, tem-se que as principais atividades relacionadas a melhora desse desempenho referem-se as atividades de habilidade motora, as quais contemplam os seguintes parâmetros: coordenação, equilíbrio, força, agilidade, velocidade, potência e flexibilidade, conforme indica Rosadas (1991).

Acerca desses parâmetros, Rosadas (1991) menciona um que se destaca é o equilíbrio, visto que tal parâmetro juntamente com a coordenação, são fundamentais para estes alunos. O equilíbrio, configura-se como um dos sentidos básicos, que possibilita ao homem o ajustamento ao meio. Ressalta-se que existem vários fatores que interferem na sua atuação, sendo que no aspecto fisiológico esses fatores se devem as atuações do ouvido interno, no sentido da visão e no sistema nervoso central.

Ressalva-se que alguns jovens portadores de deficiência, dependendo do grau da mesma, pode apresentar dificuldades no que se refere ao equilíbrio. Isso ocorre porque nestes casos o cérebro desses jovens são despreparados para gerar informações corretas, ou porque seus músculos são incapazes de agir contra a força de gravidade, visto que como afirma Lapierre (1978 *apud* ROSADAS, 1991) a gravidade é em relação ao equilíbrio um fator crucial para as desviações de atitude e um estímulo característico do sistema neuropsicomotor. Sendo assim, o equilíbrio pode ser conceituado como a disposição perfeita do centro de gravidade, juntamente com a combinação correta das ações musculares a fim de sustentar o corpo sobre uma estrutura (ROSADAS, 1991).

Acerca da avaliação do equilíbrio, Rosadas (1991) realizou três testes em uma amostra composta por 60 deficientes. No primeiro teste, denominado Romberg, o testado fica na posição ereta, com os braços ao longo do corpo, com os membros inferiores levemente afastados, com a cabeça firme e olhos fechados. Sequencialmente o mesmo permanecerá nesta posição durante 5 segundos e por fim o testador observará se existe movimento de desequilíbrio.

O segundo teste adotada para avaliar o equilíbrio, denominado de Quatro, consiste em manter o corpo ereto, com a base de sustentação restrita a apenas um membro inferior, o qual é escolhido pelo testado, enquanto que o outro membro inferior é flexionado em abdução formando um quatro. Sequencialmente é contado o tempo que o testado permanece nesta posição, sendo o tempo mínimo para manter o equilíbrio de 5 segundos.

Por último o terceiro teste empregado para avaliar o equilíbrio, denominado de trave de equilíbrio, consiste em fazer o testado andar sobre um trave de equilíbrio rente ao chão, com 5 metros de comprimento, com uma ida até o final da trave.

Á vista disso, tem-se que estes testes servem tanto para testar o equilíbrio do jovens durante as aulas de educação física, bem como para estimular e aumentar o mesmo.

Vale ressaltar que as habilidades motoras serão facilitadas quando o aluno tiver dispor de um autoconceito positivo, de forma a se sentir pertencente ao grupo. Sendo assim, é fundamental que os professores fiquem atentos ao comportamento sócio afetivo de cada jovem, pois eles reagem emocionalmente de forma diferenciada frente as tarefas solicitadas. Esta relação se refere ao grau de

autoestima do aluno, que por sua vez interfere na sua participação em esportes e atividades físicas, bem como no domínio de habilidades, menciona Diehl (2006).

Assim, Barboza e Dutra (2017) explanam que uma vez estimuladas e adquiridas as habilidades motoras por parte desses alunos deficientes, torna-se cada vez mais evidente a vontade de conhecer e participar mais ativamente de algum tipo de atividade física, enfatizando as partes funcionais de uma pessoa com deficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs em analisar os aspectos pedagógicos positivos relacionados à educação especial dando ênfase na promoção do processo de inclusão escolar, principalmente em cadeirantes. Frente a isso, pode-se concluir que a inclusão do aluno deficiente no contexto escolar, em especial nas aulas de Educação Física estimula a transformação educacional e demanda novas posturas relacionadas ao processo de ensino-aprendizagem sobretudo em relação as ações e práticas avançadas, de forma a respeitar quaisquer características e/ou diferenças.

Dessa forma, a inclusão escolar torna-se um mecanismo fundamental no processo inclusivo do aluno. Assim, fica sob responsabilidade do professor de Educação Física promover ações que efetive o desenvolvimento global de todos os alunos, em especial dos deficientes, no âmbito intelectual, social e afetivo.

Á vista disso, a participação dos mesmos nas atividades diferenciadas viabiliza sua inclusão elevando assim sua autoconfiança e autoestima. Ademais, as atividades realizadas na aula de educação física, em particular as que trabalham com as habilidades motoras, favorecem o desempenho dos alunos deficientes, em particular aos alunos cadeirantes.

Assim, pode-se concluir que a inclusão dos alunos cadeirantes nas aulas de educação física é fundamental, visto que professor pode contribuir para o crescimento evolutivo desses alunos, bem como ajudar para o desenvolvimento de suas habilidades motoras.

REFERÊNCIAS

AIME, Marcelo Ribeiro; SENA, Jackson Antônio da Silva De; AWAD, Hani Zehdi Amine. Portadores De Deficiência Física Nas Aulas De Educação Física. **Anais do 12º Encontro Científico Cultural Interinstitucional – 2014.**

ALMEIDA, Maria Aparecida Nascimento. **A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil.** Monografia (Graduação). Universidade Católica de São Paulo, 2007.

ANTUNES, Celso. **Professores e professores: Reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 200 p.

ARTALINO, Roseli. **Educação Inclusiva: Avanços E Desafios Da Inclusão Na Escola Pública Do Município De Taubaté.** Brasil Escola, 2018. Disponível <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/pedagogia/educacao-inclusiva-avancos-desafios-escola-publica-taubate.htm>>. Acesso em: 21 Mar. 2020.

BARBOZA, L. P.; DUTRA, F. B. S. O resgate da autoestima de pessoas com deficiência através da prática do Rugby em cadeira de rodas. In: DUTRA, F. B. S.; SANTOS, C. R. V.; DI BLASI, F. Aspectos da deficiência: educação, esporte e qualidade de vida. Curitiba: Appris, p. 157-168, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999.** Brasília: MEC/ SEE, 1999.

BRENDLER, Angela. **Família No Contexto Escolar: Sua Participação No Processo De Aprendizagem.** Monografia (Pós-Graduação). 28 p. Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, Rio Grande do Sul. 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Experiências educacionais inclusivas II** Secretária de Educação Especial. Brasília: DF, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei n.º 9394/96).** 20 de dezembro de 1996.

CARCERE, Mariani Leite. **Pesquisa participante educação: um recorte teórico acerca da abordagem de pesquisa.** Revista da Faculdade de Educação, ano VII, n. 12, 2009.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is".** 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

CARVALHO, Rosita Edler. Diversidade como Paradigma de ação Pedagógica na educação infantil e séries iniciais. **Revista da Educação Especial**, p. 29-34, out. 2005

CORREIA, ClacySomenzi. **O Desafio da Inclusão no Ambiente Escolar: um estudo no município de Nova Londrina, PR.** 45 f. Monografia (Especialização em

Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

DIEHL, ROSILENE MORAES. **Jogando com as Diferenças: jogos para crianças e jovens com deficiência**. São Paulo- SP. Phorte, 2006.

FINCK, Silvia Christina Madrid. **A Educação Física e o esporte na escola: cotidiano, saberes e formação/Silvia Christina Madrid Finck**. - 2. ed.rev.- Curitiba: Ibpex, 2011.

FREITAS, J. L. et al. Processo de inclusão através de materiais adaptados. **Anais do Seminário Internacional de Educação-SIEDUCA**. v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <http://www.ulbracds.com.br/index.php/sieduca/article/view/473/113>. Acesso em: 15 abr. 2020.

GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G Krob. **Caminhos pedagógicos da Educação especial**. Petropolis, RJ: Vozes, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLAT, R; FERNANDES, E.M. Da Educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**. Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

FERNANDES FILHO, J. et al. Perfil Somatotípico e Composição Corporal de Atletas de Judô Brasileiros Masculinos Cegos e Deficientes Visuais. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, v. 11, p. 106, 2007.

FERRARI, Márcio. **Paulo Freire, o mentor da Educação para a consciência**. 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/460/mentor-educacao-consciencia>. Acesso em: 04 out. 2020.

FOSSI, Giovana De Cássia Gonçalves. **Necessidades Educativas Especiais E A Inclusão Escolar**. Monografia (Especialização em Educação: Prática Interdisciplinar). Faculdade Capivari. Santa Catarina, 2010.

FUMEGALLI, Rita De Cassia De Ávila. **Inclusão Escolar: O Desafio De Uma Educação Para Todos?**. 50 p. Monografia (Pós-Graduação). Unijuí – Universidade Regional Do Noroeste Do Estado Do Rio Grande Do Sul. Ijuí, 2012.

MARTIN, J. M. Psychosocial Aspects of Youth Disability Sport. **Adapted Physical Activity Quarterly**. v.23, n.1, p. 65-77, 2006.

MEDEIROS, Cristiane. Barros .**Educação com intuito de incluir: constructos em discussão**. In: SEMEAD - Seminários em Administração, 2015, São Paulo. SEMEAD. São Paulo: USP, 2015.

MITTLER Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed 2003.

MONTEIRO, Maria Inês Bacellar. (Org.). **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo, 2007.

NOGUEIRA, Flavia. **Organize seus estudos dos principais pensadores da Educação.** 2018. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/13881/organize-seus-estudos-dos-principais-pensadores-da-educacao#_=_. Acesso em: 04 out. 2020.

NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO FÍSICA – NEPEF. **Projeto do núcleo de estudos e pesquisa em educação física.** Curso de Educação Física. Escola de Formação de Professores e Humanidades. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2014.

PELLEGRINI, Denise. **Aprenda com eles e ensine melhor.** 2001. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1381/aprenda-com-eles-e-ensine-melhor>. Acesso em: 04 out. 2020.

PINTO, Diego de Oliveira. **Educação inclusiva: saiba como preparar sua escola!** 2019. Disponível em: <https://blog.lyceum.com.br/educacao-inclusiva/>. Acesso em: 04 out. 2020.

RAMOS, Renata Lopes de Freitas; GOMES, Wellington Andrade; LUCENA, Itamara Silva de; MARTINS, Rodrigo Gomes; SCOSS, Daniela Moraes. **Inserção De Cadeirantes Nas Aulas De Educação Física.** Revista Gestão Universitária, Out/2017.

ROSADAS, Sidney de Carvalho. **Educação física especial para deficientes.** Rio de Janeiro: Atheneu, 1991.

SALERNO, Marina Brasiliano. **Interação entre alunos com e sem deficiência na Educação Física escolar: validação de instrumento / Marina Brasiliano Salerno.** - Campinas, SP: [s.n], 2009.

SILVA, Maria Ângela da. **Educação Inclusiva Dos Cadeirantes Um Estudo De Caso Em Uma Escola De Igarapé-Açu.** Monografia (Graduação). 43 p. Universidade Federal Rural da Amazônia, 2015.

SOARES, Camila Martins Viana. **A criança portadora de necessidades educativas especiais e a sua inclusão na escola regular.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

SOUSA, M. A. A.; FARIA, M. W. M. **A inclusão de uma cadeirante durante as aulas práticas de Educação Física numa Escola Municipal de Ipatinga, MG: relato de caso.** EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Año 19, Nº 201, Febrero de 2015. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd201/a-inclusao-de-uma-cadeirante-durante-educacao-fisica.htm>. Acesso em: 15 abr. 2020.

SOUSA, Maria Gleuma Soares de; SOARES, Neldilene Galdino. **Educação Inclusiva: Desafio no Ambiente Escolar e na Prática Pedagógica.** 2015. Disponível em: <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-escolar/educacao-inclusiva-desafio-no-ambiente-escolar-e-na-pratica-pedagogica>. Acesso em: 04 out. 2020.

VICHESSI, Beatriz. **“Portugal é um caso de sucesso na Educação Inclusiva”**. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/15215/portugal-e-um-caso-de-sucesso-na-educacao-inclusiva>>. Acesso em: 22 set. 2020.

XAVIER, Eliane Maria. **A Importância Das Atividades Físicas Regulares Adaptadas Para Cadeirantes Nas Aulas De Educação Física**. Monografia (Pós-Graduação). 65 p. Universidade de Brasília – Polo Ariquemes – RO. Ariquemes – RO, 2013.



**PUC
GOIÁS**

ANEXO 1

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

Av. Universitária, 1069 • Setor Universitário
Caixa Postal 86 • CEP 74605-010
Goiânia • Goiás • Brasil
Fone: (62) 3946.1021 | Fax: (62) 3946.1397
www.pucgoias.edu.br | prograd@pucgoias.edu.br

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica

O(A) estudante MAYKE GONÇALVES ROCHA do Curso de Educação Física, matrícula 20171004903174 telefone: (62) 93279-1134 e-mail mayke.rocha@pucgoias.edu.br na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a **disponibilizar** o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A INCLUSÃO DO CADEIRANTE NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR PARA ENSINO MÉDIO, **gratuitamente**, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); 1(GIF ou JPEG); som (WAVE, MPEG, AIFF, QEG, MWV, AVI, QT)•, outros, específicos da área; para fins de leitura e impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 11 de dezembro de 2020.

Assinatura do(s)

autor(es):

Mayke Gonçalves Rocha

Mayke Gonçalves Rocha

Nome completo do

autor:

orientador:

Maria Zita Ferreira

Assinatura da professora orientadora:

MARIA ZITA FERREIRA